

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# GASTOS PARTIDÁRIOS E A FRAGMENTAÇÃO DO SISTEMA: A ALOCAÇÃO DE RECURSOS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS DE 1996 A 2021

Karolina Roeder, Bruno Marques Schaefer

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.7022>

Submetido em: 2023-09-19

Postado em: 2023-10-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Rodrigo Horochovski (ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1135-0543>)

## **GASTOS PARTIDÁRIOS E A FRAGMENTAÇÃO DO SISTEMA: A ALOCAÇÃO DE RECURSOS PELOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS DE 1996 A 2021**

Karolina Roeder

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0237-970X>

[karolinamattosroeder@gmail.com](mailto:karolinamattosroeder@gmail.com)

Centro Universitário Internacional Uninter. Curitiba, PR, Brasil

Bruno Marques Schaefer

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5127-7240>

[brunomschaefer@gmail.com](mailto:brunomschaefer@gmail.com)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**RESUMO:** Os partidos políticos são atores centrais na alocação de recursos financeiros em eleições. Mesmo quando as doações de pessoas jurídicas eram permitidas no Brasil, os partidos já se apresentavam como mediadores, recebendo as doações de empresas e distribuindo aos candidatos. Com o fim do financiamento empresarial e a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, em 2017, isso ficou ainda mais evidente, e os partidos passaram a gerir quase a totalidade dos recursos financeiros eleitorais. O Fundo Partidário, destinado à manutenção dos partidos, também é gerido pelo diretório nacional, que concentra a maior parte dos recursos. Esse movimento é acompanhado pela literatura, que vem chamando a atenção sobre a importância da análise dos gastos e alocação de recursos pelos partidos políticos como uma forma de identificar o seu comportamento. O presente artigo tem como objetivo analisar se o aumento da fragmentação do sistema partidário muda o padrão de gastos dos partidos.

**Palavras-chave:** partidos políticos, financiamento partidário, financiamento eleitoral, gastos partidários, fragmentação partidária.

## **PARTIES EXPENDITURES AND THE FRAGMENTATION OF THE SYSTEM: THE ALLOCATION OF RESOURCES BY BRAZILIAN POLITICAL PARTIES FROM 1996 TO 2021**

**ABSTRACT:** Political parties play a central role in the allocation of financial resources during elections. Even when corporate donations were allowed in Brazil, parties already acted as intermediaries, receiving donations from companies and distributing them to candidates. With the end of corporate financing and the creation of the Special Campaign Financing Fund in 2017, this became even more evident, and parties began to manage almost all electoral financial resources. The Party Fund, intended for party maintenance, is also managed by the national directory, which concentrates the majority of the resources. This movement is accompanied by the literature, which has been drawing attention to the importance of analyzing spending and resource allocation by political parties as a way to identify their behavior. The present article aims to analyze whether the increase in the fragmentation of the party system changes the pattern of party spending.

**Keywords:** political parties, party funding, electoral funding, party expenditures, party fragmentation.

## INTRODUÇÃO

Em maio de 2023, após o Tribunal Superior Eleitoral concluir o julgamento das contas dos partidos brasileiros relativos a 2017, foi divulgado que o extinto PROS, Partido Republicano da Ordem Social, incorporado ao Solidariedade, teria utilizado os recursos do Fundo Partidário para a compra e instalação de uma piscina e de equipamentos e insumos para a construção de um restaurante profissional<sup>1</sup>. O partido pouco convenceu a opinião pública que as quatro toneladas de carne compradas fossem para alimentar os dirigentes e funcionários, já que não era necessariamente conhecido pelo alto número de militantes e profissionais. Esse caso chama a atenção para o uso dos recursos financeiros pelos partidos políticos. Essas organizações são as que controlam quase a totalidade do dinheiro disponível à manutenção do partido e às campanhas eleitorais dos candidatos e candidatas. Os partidos operam como *gate-keepers*, controlando o acesso a importantes ativos para a disputa eleitoral (Schaefer, 2023). Mesmo quando o financiamento empresarial era permitido no Brasil, até 2015, essas organizações atuavam como intermediadoras dos recursos, recebendo as doações e repassando aos candidatos (Mancuso et al., 2018; Speck, 2016). A alocação de recursos pelos partidos, além de chamar a atenção para a centralização do poder organizacional (Schaefer, 2019), pode também elucidar as suas estratégias organizacionais. A investigação sobre o padrão de gastos dos partidos pode demonstrar o que a organização busca privilegiar em sua atuação. Se a mobilização de filiados, publicidade, propaganda, profissionais, manutenção de sedes, formação política, eleições, etc. (Blumenberg, 2015; Nassmacher, 2009; Roeder, 2020; Smulders & Maddens, 2018).

Com a publicidade dos dados das prestações de contas realizadas pelos partidos políticos, tornou-se viável a análise do comportamento partidário por meio do gasto realizado. No Brasil, há a declaração dos gastos realizados pelos partidos nas prestações de contas de suas sedes, com a especificação dessas despesas de acordo com plano de contas do Tribunal Superior Eleitoral. Há uma categorização específica e detalhada para um longo período, diferente de outros países, inclusive de democracias avançadas, como Alemanha, França e Reino Unido (Nassmacher, 2009, p. 61). Ao longo do tempo, há mudanças na organização, na forma dos partidos buscarem o voto dos eleitores, realizar campanhas, mobilizar filiados e promover formação política. Concomitantemente, nas últimas décadas (1996-2021), houve também a pulverização de partidos políticos no Brasil, com o sistema partidário brasileiro se tornando o mais fragmentado do mundo, com mais partidos efetivos na

---

<sup>1</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/anistia-pode-livrar-partido-que-usou-verba-para-comprar-4-toneladas-de-carne.shtml>, acesso em 08 de setembro de 2023.

Câmara baixa, em 2018 (Casal Bértoa, 2023). No presente artigo, argumentamos que o aumento da fragmentação partidária e, com isso, da competição eleitoral, exerce influência sobre o comportamento organizacional dos partidos políticos. Na medida em que a fragmentação aumenta, essas organizações acabam concentrando os seus recursos em gastos eleitorais e em transferências do nível nacional para suas unidades subnacionais (estados e municípios). Esperamos que quanto maior a fragmentação partidária em nível nacional, menos os partidos nesse nível gastem com a manutenção da organização e com uma campanha permanente do partido, entre eleições, e mais invistam em campanhas eleitorais e transferências de recursos (Jacob & Pollex, 2022).

Esse artigo está organizado da seguinte forma: na próxima seção apresentamos os materiais e métodos utilizados para a análise da correlação entre fragmentação partidária e gastos eleitorais, em seguida, apresentamos os resultados preliminares da análise, seguido pela discussão sobre a literatura que analisa o comportamento partidário a partir da alocação de recursos e, por fim, expomos as conclusões do artigo.

## **1. MATERIAIS E MÉTODOS**

### **1.1 Coleta de dados**

Os dados utilizados no presente artigo foram extraídos da prestação de contas realizada pelo órgão nacional dos partidos políticos (Diretório Nacional ou Comissão Executiva Nacional), uma vez por ano, ao Tribunal Superior Eleitoral. Os dados foram retirados da peça contábil chamada “Demonstrativo de receitas e despesas” em que há a descrição sumarizada dos gastos realizados pelos partidos, a partir de um plano de contas pré-definido pelo TSE que promove uma padronização. O período anterior à 2007, que não há a digitalização disponível no site do TSE<sup>2</sup>, foi coletado presencialmente no Arquivo do TSE em Brasília. De 1996 a 2016 as prestações de contas eram entregues fisicamente à Justiça Eleitoral<sup>3</sup>. Só a partir de 2017 elas passaram a ser digitais, realizadas no Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA) do TSE<sup>4</sup>. Todos os documentos, de 1996 a 2016, foram digitalizados e extraídos para o formato .xls. Definimos 1996 como o ano inicial por esse ter sido o primeiro ano com a obrigatoriedade da prestação de contas pelos partidos, a partir da Lei 9.096/1995 (“Lei dos Partidos Políticos”). O ano final definimos 2021 por esse ser o último ano com os dados das prestações de contas disponíveis. A análise de um longo período de tempo, vinte e cinco anos,

---

<sup>2</sup> Disponível no link: <https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas/contas-anuais>

<sup>3</sup> Disponibilizamos as prestações de contas coletadas e utilizadas como fonte dos dados da presente pesquisa, no link: <https://drive.google.com/drive/folders/1tQPuMqghrUMOVKGNxvmEw-sfKBYVfMQG?usp=sharing>

<sup>4</sup> Para saber mais, acesse: <https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/entrega-da-prestacao-de-contas/sistema-de-prestacao-de-contas-anuais-sPCA>

pode nos mostrar a mudança de comportamento dos partidos políticos e, ao mesmo tempo que ocorre a fragmentação do sistema partidário brasileiro. Os dados da fragmentação do sistema partidário foram coletados também no TSE e consideramos as cadeiras conquistadas em cada eleição para a Câmara dos Deputados.

A sobrevivência dos partidos ao longo do tempo depende da liderança partidária em manter o *trade-off* entre as pressões internas e externas ao partido. Isso implica em manter uma coesão interna e também a manutenção de alguma relevância eleitoral no sistema. Dessa forma, o partido que compete por pelo menos três eleições presidenciais, segundo Rose & Mackie (1988), está preocupado em manter uma organização para disputar o cargo máximo. Esses partidos não seriam, assim, aqueles de curta duração, que serviram apenas para o uso de um eventual líder oportunista eleitoral, ou uma organização que tem as eleições e a disputa por recursos como algo secundário, como os partidos antissistemas (Sartori, 1982). Permanecer ao longo do tempo lançando candidatos reifica a organização dos partidos independente de sua estratégia, e esse critério nos dá uma garantia de que estamos tratando de partidos que sejam representativos do sistema partidário, uma vez que as eleições presidenciais são as mais competitivas e o prêmio máximo que o partido pode conquistar em um sistema presidencialista. Seguindo o critério de Rose & Mackie (1988), consideramos nessa análise os partidos que participaram de ao menos três eleições com no mínimo 1% de votos em pelo menos um pleito. Selecionamos assim dez partidos: PT, PSB, PDT, PSDB, PFL/DEM/União, PRONA/PL/PR, PMDB/MDB, PPS, PV e PSOL<sup>5</sup>.

Após a coleta e tabulação dos dados dos gastos partidários, os categorizamos a partir de Nassmacher (2009) e Roeder (2020), e consideramos como as principais atividades dos partidos: as campanhas eleitorais, a manutenção de uma organização permanente, a pesquisa e treinamento político. E, considerando que na sede nacional não é realizada a totalidade das atividades do partido, ainda mais se tratando de um caso federalista, separamos a transferência de recursos para outras instâncias partidárias como uma codificação específica.

Consideramos como manutenção da organização as atividades declaradas pelos partidos que envolvem a rotina de uma organização permanente (que funciona também em anos não eleitorais). Isso inclui os gastos com a estrutura física de sedes, como o aluguel de imóveis, pagamentos de contas de água, luz, telefone, internet, funcionários que se dedicam à organização, materiais de consumo,

---

<sup>5</sup> Partido dos Trabalhadores, Partido Socialista Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista, Partido da Social Democracia Brasileira, Partido da Frente Liberal/Democratas/União Brasil, Partido de Reedificação da Ordem Nacional/Partido Liberal/Partido da República, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Popular Socialista, Partido Verde e Partido Socialismo e Liberdade.

impostos e despesas gerais. Já o que os partidos gastam em campanhas eleitorais consideramos, além dos que já estão nessa rubrica, também aqueles que envolvem transportes e viagens, publicidade por rádio, televisão, produções audiovisuais, pesquisas de opinião e congressos. Classificamos como pesquisa e treinamento os gastos realizados com a criação e manutenção de fundação ou instituto de pesquisa ligados aos partidos e também o gasto com a promoção da participação da mulher na política, ambos garantidos por lei, pela distribuição do Fundo Partidário. Todas as transferências de recursos foram categorizadas como tal e, por fim, as despesas financeiras categorizamos como “outros”. Sumarizamos no quadro abaixo essa classificação:

Quadro 1. Categorização das despesas declaradas pelos partidos políticos

<b>Manutenção da organização</b>	<b>Campanhas Eleitorais</b>	<b>Pesquisa e Treinamento</b>	<b>Transferências</b>	<b>Outros</b>
Despesas com pessoal (salários e ordenados, férias, 13º salário, previdência social, FGTS, PIS, Seguro de vida, Auxílios, rescisão de contrato, assistência médica, treinamentos, lanches e refeições, estagiários e outras)	Transportes e viagens (passagens e conduções, passagens aéreas, fretes e carretos, fretamento de aeronaves, combustíveis, óleos e lubrificantes, transportes de passageiros, pedágios, táxis, diárias, outras)	Criação ou manutenção de instituto ou fundação de pesquisa ou de doutrinação e educação política	Ao diretório nacional	Encargos financeiros
Aluguéis e condomínios (locação de bens móveis e imóveis)	Rádio e televisão	Criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres	Ao diretório estadual	Despesas financeiras
Serviços técnicos e profissionais (serviços contábeis, de processamento de dados, de informática, consultoria jurídica, vigilância)	Eventos promocionais		Ao diretório municipal	Juros
Material de consumo (material de expediente, materiais impressos, processamento de dados, copa e cozinha, limpeza e produtos de higiene, outros)	Produções audiovisuais		Aos candidatos	Multas
Materiais para comercialização (de divulgação destinados à comercialização)	Pesquisas de opinião pública		Aos comitês financeiros	Descontos
Serviços e utilidades (energia elétrica, água, esgoto, telefone, despesas postais, serviços de limpeza, serviços cartorários, taxa de limpeza pública, outros)	Seminários			Comissões bancárias
Tributos (IPTU, IPVA, taxas municipais, outros)	Congressos			Correção monetária e obrigações

Despesas gerais (fotocópias, autenticações, encadernações, revistas, jornais, editais, publicações, registros, seguros, manutenção e conservação de bens, despesas judiciais, donativos e contribuições, combustíveis, óleos e lubrificantes, medicamentos, outras)	Convenções partidárias			Outras despesas financeiras
	Campanhas eleitorais (rádio e televisão, comitês financeiros, comícios, eventos promocionais, propaganda e publicidade, cachês de artistas ou animadores, exposições, convenções ou congressos, produções audiovisuais, pessoal, alugueis e condomínios, serviços técnicos e profissionais, material de consumo, transportes e viagens, material de consumo, serviços e utilidades, impostos e taxas, despesas gerais)			

Fonte: Elaboração própria a partir de Blumenberg (2015), Nassmacher (2009) e Roeder (2020).

Com o aumento do número de partidos políticos no sistema, espera-se que o comportamento de gasto dessas organizações tenha mudado. Ao invés de investir na manutenção de uma estrutura permanente, os partidos têm colocado mais recursos em campanhas eleitorais. Nossas hipóteses, são: (H1) quanto maior a fragmentação do sistema partidário, maior é o gasto dos partidos em campanhas eleitorais, havendo uma concentração de recursos em campanhas (Jacob & Pollex, 2022); (H2) com o aumento da fragmentação do sistema partidário há menos gastos em manutenção de sedes do partido e em formação política, na promoção de construção de laços com eleitores em uma campanha contínua; e (H3) em anos de eleições federais os partidos com candidatos à presidência gastam mais que os demais. E, por fim, consideramos um possível efeito da fragmentação sobre o aumento da transferência de recursos a unidades subnacionais do partido (H4). Desse modo, haveria um processo de “pulverização” dos recursos, de tal forma que o aumento da competitividade do sistema aumentaria a necessidade de transferência do diretório nacional a outros diretórios: movimento estratárquico (van Houten, 2009).

## 1.2 Variáveis Dependentes

Como os partidos analisados variam em relação a seu tamanho e disponibilidade de recursos, optamos por analisar o percentual de gastos em cada uma das categorias codificadas, apresentadas no Quadro 1. Logo, consideramos o percentual de gastos com fins eleitorais em determinado ano, por

exemplo, em relação ao total de recursos arrecadados pelo partido. Realizando esse cálculo para todos os partidos e todos os gastos. Ao fim, possuímos quatro variáveis dependentes: percentual de gastos com fins eleitorais (1); manutenção da organização (2); pesquisa e treinamento (3); e transferências (4).

### **1.3 Variáveis Independentes**

A nossa variável independente de interesse é a fragmentação partidária, calculada a partir do índice de Número Efetivo de Partidos, de Laakso & Taagepera (1979) a partir da fórmula  $NEP = 1 / (\sum p_i^2)$ . Para obter o dado da fragmentação partidária, coletamos as cadeiras conquistadas por cada partido, em cada eleição federal, considerando a fragmentação sobre o comportamento posterior dos partidos. Logo, o NEP de 1998 compreende o período de 1999 até 2002; o NEP de 2002 compreende o período de 2003 até 2006, e assim por diante.

Testamos também o efeito da realização de eleições gerais sobre o comportamento dos gastos partidários (1998; 2002; 2006; 2010; 2014; 2018), especialmente para o caso de partidos que lançaram candidatos a presidente (1 ou 0).

### **1.4 Variáveis de Controle**

Outros fatores que a literatura aponta como possíveis influências do gasto partidário foram incluídos nos modelos, tais como: ideologia; a soma de recursos do partido a nível nacional; e o ano eleitoral municipal. Smulders & Maddens (2018) analisam os fatores que impactam no gasto com pessoal realizado pelos partidos políticos de sete países europeus e identificam que eles são maiores entre os partidos de esquerda. Os gastos com pessoal também aumentam com a idade do partido, o número de filiados, e de tempo que o partido está no governo. Além disso, os gastos com pessoal diminuem na medida em que há o aumento do número efetivo de partidos. Blumenberg (2015), na mesma linha, ao analisar os partidos alemães, austríacos, dinamarqueses e britânicos, identifica uma tendência dos partidos sociais democratas, verdes e democratas cristãos serem orientados para a sua estrutura organizacional, enquanto os partidos conservadores e populista para eleições, gastando mais com atividades de campanhas. Partidos maiores e que possuem mais recursos, também gastam mais (Blumenberg, 2015). Generosos subsídios públicos também contribuem com um maior nível de gastos, segundo Nassmacher (2009). Por fim, em sistemas federalistas e descentralizados, os gastos com organização partidária e eleições costumam ser mais altos (Nassmacher, 2009). E em anos em que há eleições municipais, espera-se que haja maior transferência de recursos da nacional dos partidos para o âmbito subnacional, dada a descentralização e necessidade do nível local executar a sua estratégia.

## 1.5 Desenho de Pesquisa

Os dados foram sistematizados no R. Utilizamos de estatística descritiva e inferencial para testar as hipóteses. No Quadro 2 abaixo apresentamos o desenho de pesquisa:

Quadro 2. Desenho de Pesquisa

<b>Dimensão</b>	<b>Operacionalização</b>	<b>Fonte</b>
Problema	Qual o efeito da fragmentação partidária sobre os gastos de partidos brasileiros?	
População	Prestações de contas de 10partidos brasileiros (252)	
Técnicas	Estatística descritiva, Correlação de Pearson, Regressão Dados em Painel, Variáveis Instrumentais	
Variáveis Dependentes	Gastos com fins eleitorais (%) (1)	TSE
	Gastos com manutenção da organização (%) (2)	TSE
	Gastos com pesquisa e treinamento (%) (3)	TSE
	Gastos com transferências (%) (4)	TSE
Variáveis Independentes	Fragmentação partidária, NEP	TSE
	Ano eleitoral federal/estadual	TSE
	Candidato a presidente	TSE
Variáveis de Controle	Ideologia	BLS
	Soma Recursos partido	TSE
	Ano eleitoral municipal	TSE

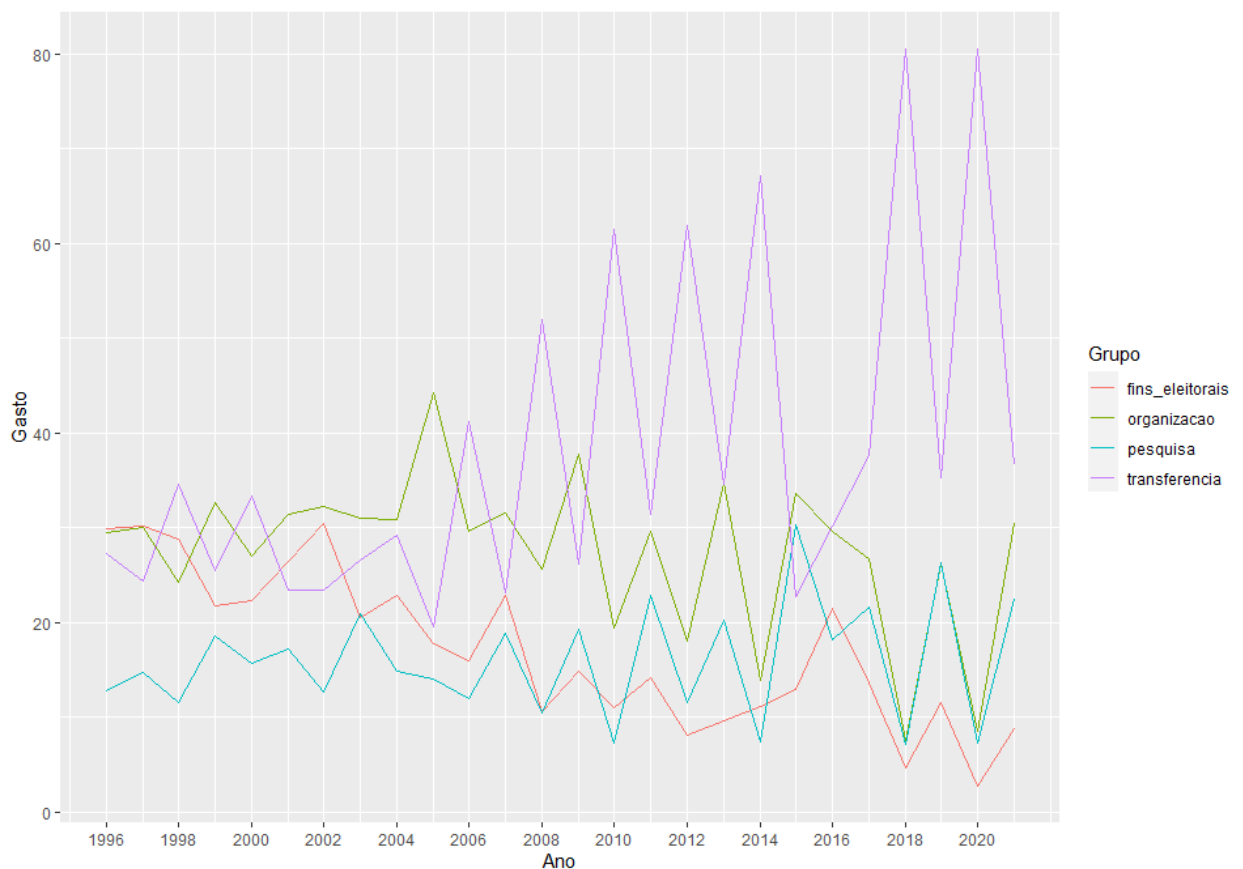
Fonte: elaboração própria.

## 2. RESULTADOS

### 2.1 Análise Descritiva

Destacamos, primeiramente, a evolução das médias do tipo de gasto dos partidos analisados no recorte temporal. Expomos na figura 1 os resultados. Como é visível, os gastos dos partidos brasileiros tendem a variar de acordo com os anos, oscilando entre períodos eleitorais e não eleitorais. Uma tendência, porém, é o incremento do percentual destinado às transferências, que passam de menos de 27% na década de 90, para 30% nos anos 2000 e, na década mais recente, quase 50%. Ou seja, a partir de 2010, em média, metade dos orçamentos partidários a nível nacional foi transferido para unidades subnacionais, em tendência de crescimento (mais de 80% nos anos de 2018 e 2020). Em contrapartida, gastos com manutenção da organização foram sendo reduzidos, bem como aqueles destacados a fins eleitorais diretos (despesas de campanha pagas diretamente pela direção nacional). Os gastos em pesquisa se mantêm estáveis.

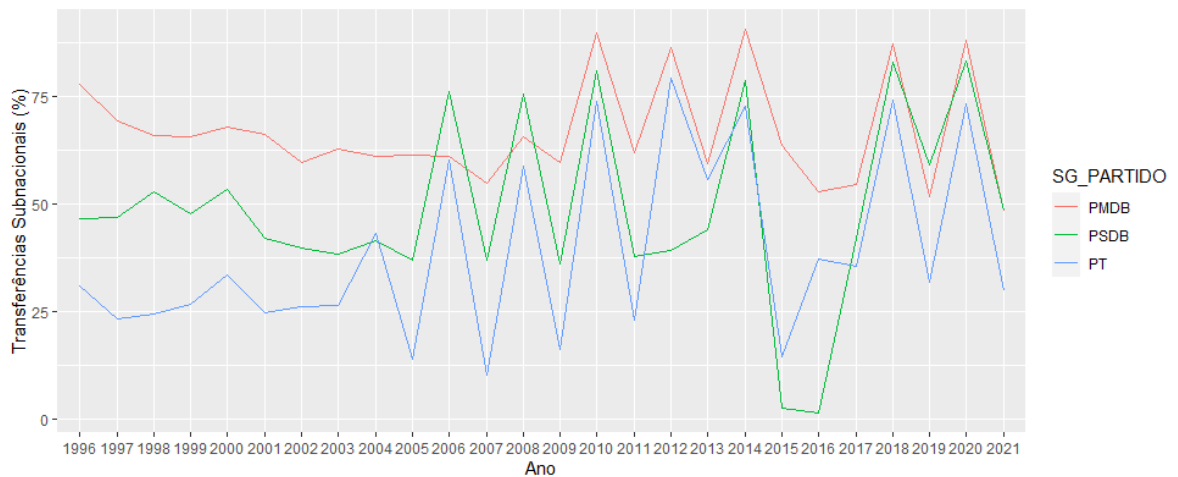
Figura 1. Média dos gastos partidários (%), entre 1996 e 2021



Fonte: elaboração própria, a partir do TSE.

Essas tendências são verificadas entre os principais partidos brasileiros do período (PT, MDB e PSDB). Na figura 2, nota-se que há um movimento conjunto dessas três agremiações, a partir de 2006, de aumento das transferências às unidades subnacionais. Sobretudo, em anos eleitorais (pares).

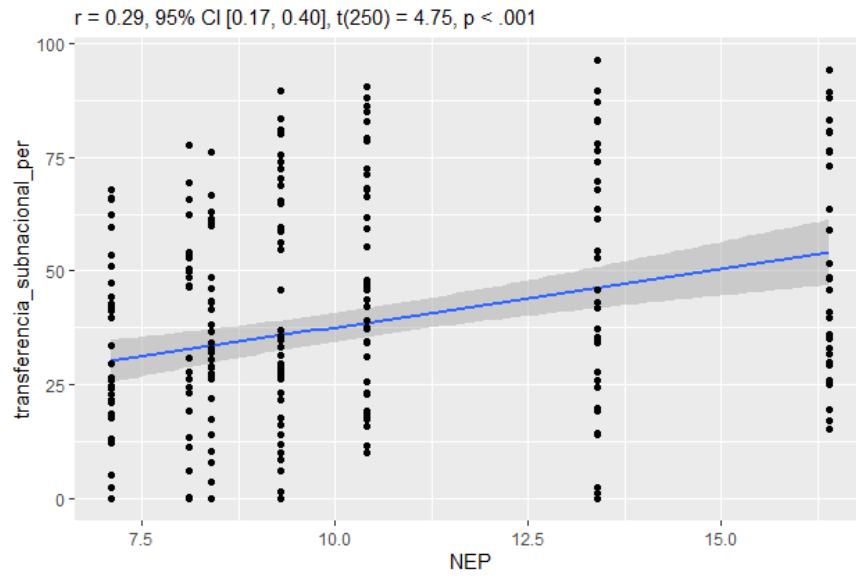
Figura 2. Transferências subnacionais (%), entre 1996 e 2021



Fonte: elaboração própria, a partir do TSE.

Analisando a correlação entre as variáveis, identificamos uma correlação positiva entre o aumento da fragmentação do sistema partidário e a transferência realizada pela sede nacional dos partidos. Quanto maior a fragmentação, mais o partido transfere os seus recursos, como podemos ver na figura 3. A relação também é temporal, dado que a fragmentação aumentou ao longo do período analisado de maneira contínua, até 2018 (Zucco & Power, 2021; (Nicolau, 2023).

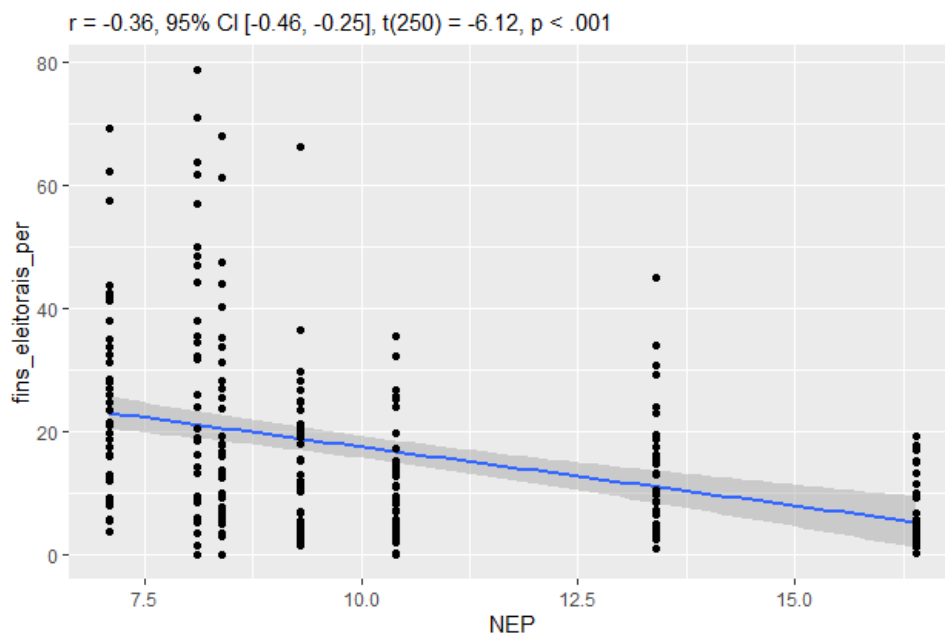
Figura 3. Correlação entre Transferência e NEP



Fonte: os autores a partir dos dados do TSE.

A correlação entre NEP e gastos diretos para fins eleitorais apresenta coeficiente negativo e estatisticamente significativo, o que, de antemão, descarta a H1. Ou seja, com o aumento da fragmentação há redução dos gastos dos diretórios nacionais com campanhas, ao menos de maneira direta.

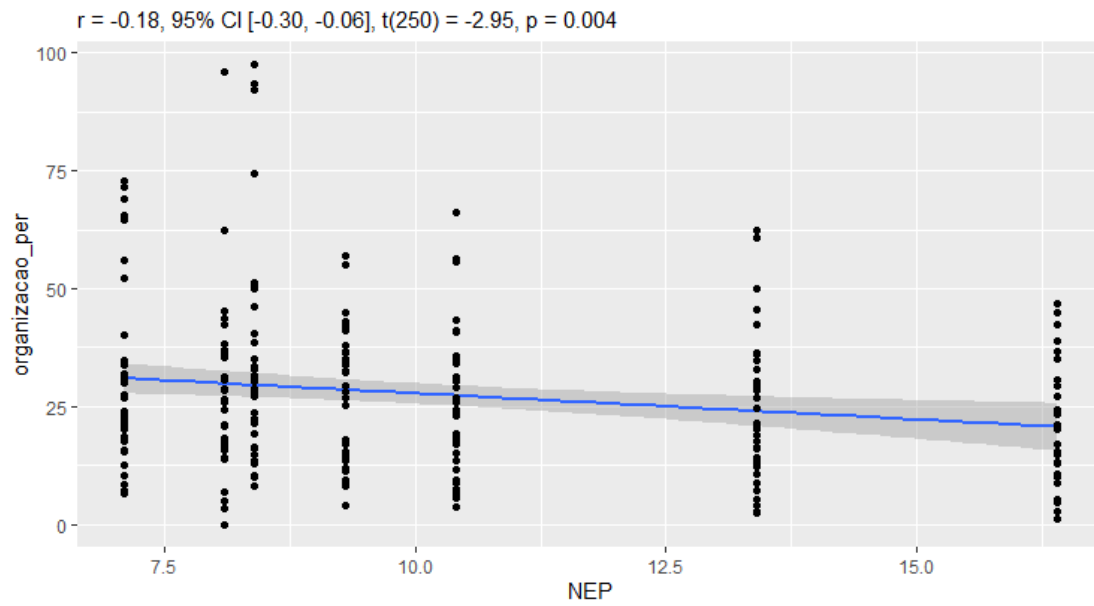
Figura 4. Correlação entre gasto com fins eleitorais e NEP



Fonte: os autores a partir dos dados do TSE.

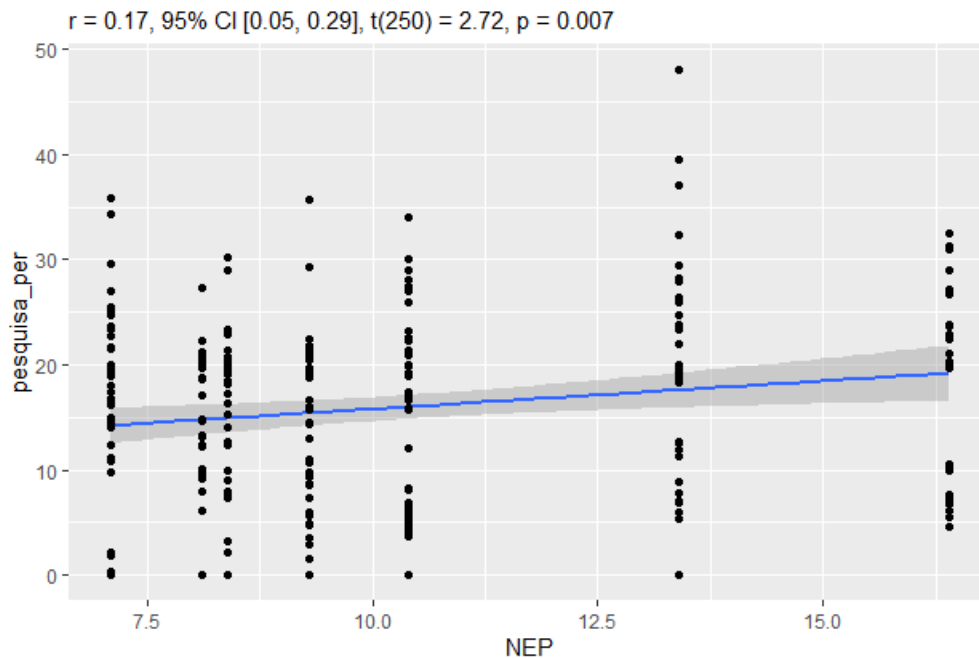
A correlação entre a manutenção da organização e o NEP também é negativa, e significativa estatisticamente, como podemos ver na figura 5. Na medida em que aumenta a fragmentação, os partidos tendem a destacar menos recursos para a manutenção da organização partidária. Em seguida, na figura 6, apresentamos a correlação entre gasto com pesquisa e treinamento e NEP. Há uma correlação positiva, mas fraca.

Figura 5. Correlação entre gasto com manutenção da organização e NEP



Fonte: os autores a partir dos dados do TSE.

Figura 6. Correlação entre gasto com pesquisa e treinamento e NEP



Fonte: os autores a partir dos dados do TSE.

## 2.2 Análise inferencial

Após a análise descritiva dos dados, é possível observar que a fragmentação está relacionada positivamente com o percentual de gastos com transferências subnacionais, o que vai ao encontro a H4; positivamente com os gastos com pesquisa e treinamento (o que vai na direção contrária à H3); e negativamente com gastos em manutenção da organização (H2) e fins eleitorais (o que, novamente, vai ao contrário das expectativas iniciais) (H1). A análise bivariada, no entanto, pode subestimar ou superestimar o tamanho dos coeficientes, dado que outros fatores também podem afetar as escolhas dos dirigentes partidários na alocação de recursos.

Para contornar esse problema, estimamos modelos de regressão MQO na tabela 1, levando em conta como variáveis dependentes o percentual de gastos partidários em cada uma das categorias. Como os dados seguem uma estrutura em painel (o mesmo partido contado mais de uma vez ao longo do tempo), utilizamos modelos de efeitos fixos para ano e partido. Para cada variável, existem dois modelos. O primeiro mais simples, apenas com as variáveis independentes principais; e o segundo com a inclusão das variáveis de controle.

Os resultados não diferem tanto das análises bivariadas de correlação. O NEP possui impacto negativo sobre os gastos eleitorais e na manutenção da organização partidária. No primeiro caso, na direção

contrária às nossas expectativas, quanto maior a fragmentação, menor o gasto com eleições; e no segundo, na direção esperada, quanto maior o NEP, menos gastos com a manutenção do partido. Já a fragmentação possui impacto positivo sobre as transferências, o que vai ao encontro à H4; e positivo sobre gastos com pesquisa e treinamento (mas sem significância estatística). Partidos com candidatos a presidente, em anos de eleições gerais, tendem a gastar mais com campanhas, mas sem descartar a hipótese nula; enquanto que em anos de eleições gerais há mais transferências e menos gastos com organização e pesquisa.

Tabela 1. Modelos de regressão, dados em painel

	Fins Eleitorais		Transferências		Organização		Pesquisa	
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7	Modelo 8
<b>(Intercept)</b>	37.74*** (3.47)	101.58*** (6.18)	2.03 (5.72)	-117.75*** (8.58)	43.48*** (4.10)	104.06*** (7.66)	14.10*** (2.06)	12.68** (4.17)
<b>NEP</b>	-1.97*** (0.31)	-0.55 (0.28)	3.06*** (0.52)	0.75 (0.39)	-1.34*** (0.37)	-0.22 (0.35)	0.36 (0.19)	0.26 (0.19)
<b>Eleições gerais</b>	-5.02 (2.74)	-0.97 (2.33)	23.24*** (4.51)	21.10*** (3.23)	-10.90*** (3.24)	-9.25** (2.89)	-6.27*** (1.62)	-9.70*** (1.57)
<b>Partido presidencial</b>	6.27 (3.74)	5.48 (3.07)	-6.27 (6.15)	-3.05 (4.26)	2.76 (4.42)	-0.01 (3.80)	-3.37 (2.22)	-2.32 (2.07)
<b>log(soma)</b>		-4.69*** (0.41)		8.24*** (0.57)		-4.13*** (0.51)		0.30 (0.28)
<b>Eleições municipais</b>		0.89 (1.77)		14.50*** (2.45)		-6.90** (2.19)		-7.92*** (1.19)
<b>Ideologia BLS</b>		-1.81 (1.60)		8.12*** (2.21)		-7.12*** (1.98)		2.72* (1.07)
<b>R<sup>2</sup></b>	0.14	0.45	0.19	0.63	0.09	0.36	0.16	0.31
<b>Adj. R<sup>2</sup></b>	0.13	0.44	0.18	0.62	0.08	0.34	0.15	0.29
<b>Num. obs.</b>	252	252	252	252	252	252	252	252

\*\*\*p < 0.001; \*\*p < 0.01; \*p < 0.05

Fonte: elaboração própria.

É interessante notar que partidos mais à direita tendem a transferir mais recursos; gastar menos com organização e mais com pesquisa e treinamento. Em eleições municipais, esse é o comportamento padrão também.

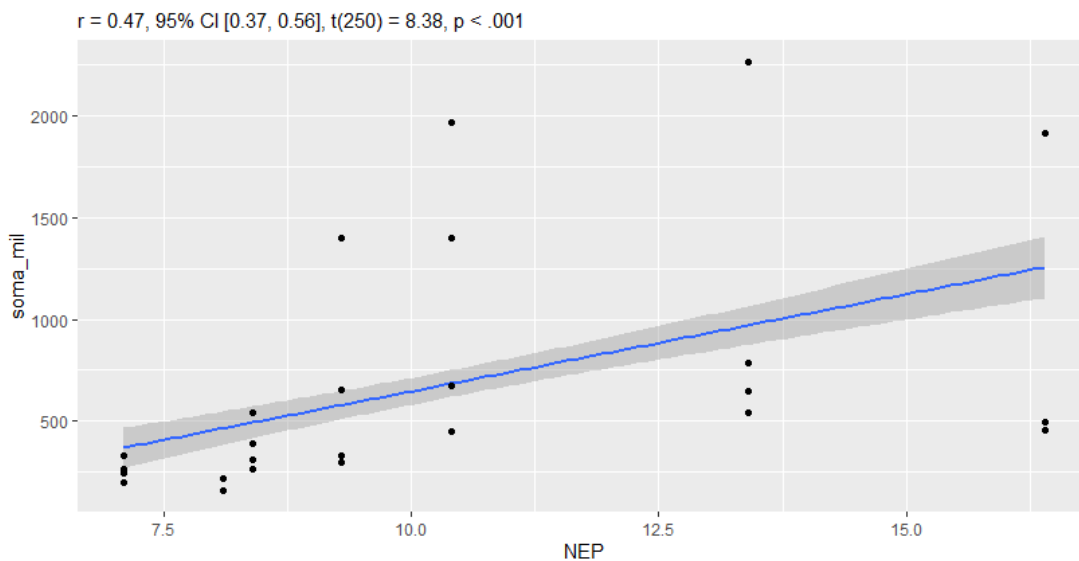
Dentre os modelos, porém, é visível que quando incluídas as variáveis de controle, o valor do coeficiente do NEP tende a cair e, em todos os casos, se tornar não estatisticamente significativo. A principal variável que contribui para essa relação (a partir de uma série de exclusões de variáveis de

controle) é a soma de recursos disponível a direção nacional (transformada em log). Ou seja, quando entra na equação o montante de recursos que cada partido declarou no ano específico, menor o efeito da fragmentação sobre qualquer tipo de alocação percentual de recursos. O impacto do volume de recursos sobre escolhas de alocação (se na organização, transferências, pesquisa ou eleitoral) já foi exposto em Campos (2009, p.199). O autor transcreve parte de uma entrevista com dirigente do PV que diz:

(...) no estatuto do PV não existe este critério [para distribuição dos recursos do fundo], pois até o ano de 2004 recebíamos apenas R\$5 mil anuais, agora recebemos por volta de R\$40 mil R\$45 mil mensais, o que mal dá para manter a estrutura nacional. Para que possamos trabalhar, contamos ainda com as contribuições dos diretórios municipais e estaduais; ainda não temos condições de repassar Fundo Partidário, o que recebemos é insignificante perto de outros partidos (...). Todo este relato é uma síntese grosseira de como funciona (...).

Ou seja, o repasse de recursos é condicionado pelo volume disponível. Outros trabalhos demonstram relação semelhante (Schaefer, 2019; Botassio, 2017): quanto mais dinheiro, maiores os repasses. Como expomos na figura 7, há uma relação entre o volume de recursos destinado aos partidos (de doações privadas ou públicas) e o NEP. A relação é positiva e estatisticamente significativa. Ao longo do tempo, com o aumento da fragmentação, o volume de recursos dos partidos analisados cresce.

Figura 7. Correlação entre volume de recursos e NEP



Fonte: os autores a partir dos dados do TSE.

Pontuamos que essa relação pode ser explicada por ao menos dois mecanismos: o aumento da fragmentação incrementa a “voracidade” dos partidos por recursos públicos (aumento do Fundo

Partidário); bem como o aumento do número de competidores pode alterar a estratégia de doadores privados, centralizando as contribuições na direção nacional. Nesse segundo caso, a literatura sobre o Brasil tem demonstrado que até 2015 (quando as doações de empresas eram permitidas, e compunham grande parte dos orçamentos partidários), há gradativo processo de centralização das doações de empresas aos partidos a nível nacional que, depois, transfeririam esses valores para direções estaduais, municipais, ou diretamente aos candidatos (Mancuso et al, 2018). Deste modo, empresas buscavam garantir influência junto às lideranças mais importantes da organização partidária (Carazza, 2018).

Após decisão do STF proibindo as doações de empresas, os partidos voltam-se ao Estado como financiador. Entre 2014 e 2015, com a iminência do fim das doações empresariais, diversas lideranças partidárias se articulam para aumentar o valor do Fundo Partidário no Orçamento da União. Conforme o relator do orçamento na época, Romero Jucá (MDB-RR), declarou na imprensa em 2015: *“Todos pediram, da direita à esquerda. Esse pode ser o início da discussão de um financiamento público de campanha. As pessoas precisam entender que, se quiserem defender esse tipo de financiamento, os recursos sairão do Orçamento da União”*<sup>6</sup>. Outro senador, Ronaldo Caiado (DEM-GO), afirmava haver relação de causalidade entre o aumento dos partidos no país e o incremento de recursos públicos: *“Se nós tivéssemos cinco ou oito partidos, não teríamos esse absurdo que é esse repasse frente à situação caótica da saúde, da educação”*. Naquele contexto, o valor do Fundo Partidário passa de menos de 300 milhões de reais, para mais de 800 milhões. Em 2017, no bojo do debate de nova reforma política, há a criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) que, desde então, repassa recursos bilionários para os partidos em anos eleitorais. Tanto no caso do FEFC quanto do Fundo Partidário, os destinatários dos recursos são os partidos à nível nacional.

Seguindo essa pista, testamos a relação entre fragmentação e a soma de recursos partidários, para, então, inferir o comportamento dos gastos partidários. Realizamos esse teste a partir de variáveis instrumentais, ou seja, a partir de uma equação em dois estágios: o efeito do NEP ( $Z$ ) sobre o volume de recursos ( $X$ ) e deste sobre o tipo de gasto ( $Y$ ).

Os resultados, expostos na tabela 2, dão conta de que o aumento dos recursos destinados aos partidos, “puxado” pela fragmentação, leva ao incremento de alocações em transferências e pesquisa/treinamento; e redução dos gastos eleitorais diretos e com organização. Ou seja, a fragmentação aumenta o volume de recursos (privados e públicos) para os partidos, e esse aumento leva a um comportamento alocativo particular: aumento de transferências a candidatos e diretórios e

---

<sup>6</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/03/18/com-financiamento-publico-de-campanha-fundo-partidario-teria-de-receber-repasses-anuais-bilionarios>, acesso em 08 de setembro de 2023.

subnacionais, bem como nos gastos com pesquisa e treinamento; enquanto há redução no gasto eleitoral direto e em despesas de manutenção da organização.

Tabela 2. Modelos de regressão em dois estágios

	Fins eleitorais	Transferências	Organização	Pesquisa
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
<b>(Intercept)</b>	277.43***	-313.77***	178.69***	-57.21
	(42.36)	(62.86)	(48.99)	(30.42)
<b>log(soma geral)</b>	-13.01***	17.60***	-7.56**	3.65*
	(2.12)	(3.14)	(2.45)	(1.52)
<b>R<sup>2</sup></b>	0.14	0.34	0.12	-0.24
<b>Adj. R<sup>2</sup></b>	0.13	0.34	0.12	-0.24
<b>Num. obs.</b>	252	252	252	252

\*\*\*p < 0.001; \*\*p < 0.01; \*p < 0.05

Fonte: os autores a partir dos dados do TSE.

Ao invés dos partidos intensificarem os gastos com campanhas eleitorais na medida em que há o aumento da fragmentação do sistema partidário (Jacob & Pollex, 2022), no Brasil, em nível nacional, os partidos transferem esses recursos. É necessário, em trabalhos futuros, investigar se há uma alocação em nível estadual e/ou municipal em campanhas eleitorais. Os achados encontrados até o momento dão conta de uma estratégia estratárquica, em que há uma autonomia local ao mesmo tempo que há uma centralização de decisões importantes em nível nacional. No sentido da premissa colocada por Carty (2004), o poder - nesse caso, dinheiro – não está localizado em um único lugar, mas é caracterizado pela interação de diferentes unidades organizacionais que atuam, em certa medida, de maneira autônoma, mas que permanecem interdependentes. Os eleitores são mobilizados na base, em nível local, mas a cúpula central do partido garante a integração geral do partido. Estaria entre o partido federalizado, totalmente autônomo e a hierarquia tradicional (Bolleyer, 2012). No caso aqui estudado, há a dispersão de poder necessária à realização do partido em nível local.

### 3. DISCUSSÃO

A fragmentação do sistema partidário demonstra o quão disperso ou concentrado está o poder político dentro de um sistema. A pulverização de partidos pode refletir uma segmentação ou situação de polarização, isto é, a presença de uma alta distância ideológica entre os partidos no sistema. Além de mudar o sentido da competição, de centrípeta para centrífuga, em mecanismo de fuga do centro, a alta fragmentação do sistema partidário também afeta a dinâmica da organização partidária. Em uma situação de alta fragmentação partidária, pluralismo polarizado, definido por Sartori (1982), podemos identificar a presença de partidos antissistema e de oposições bilaterais e irresponsáveis. Nesse tipo de sistema, há ainda a ocupação ou fragmentação do centro na escala esquerda-direita e um desincentivo à uma diminuição de partidos. Dificilmente um sistema com essas características se mantém estável, segundo Sartori (1982). Quanto mais partidos em um sistema, maior a complexidade das interações, que podem ser em diferentes níveis: eleitoral, de governo e parlamentar. Além dos efeitos mecânicos que a dinâmica da competição confere ao sistema de partidos, a alta fragmentação do sistema partidário pode também influenciar o comportamento dos partidos políticos.

Os partidos modificam a sua organização, estratégias de atuação e até as suas funções, ao longo do tempo. Com a inclusão de mais atores relevantes no sistema e o aumento da volatilidade eleitoral (Carreirão, 2014; Kinzo, 2007), pode haver um aumento do investimento em campanhas eleitorais pelos partidos políticos. Ávidos por recursos, os partidos podem mudar as suas estratégias organizacionais, investindo em campanhas curtas em detrimento de uma organização permanente e próxima do eleitor (Jacob & Pollex, 2022; Katz & Mair, 2009; Kirchheimer, 2012). Com o aumento da intensidade do conflito político, os partidos podem investir mais recursos para que a sua mensagem chegue ao eleitor. Assim como os sistemas eleitorais e o federalismo, a segmentação do sistema partidário também pode resultar em diferentes níveis de gastos partidários (Nassmacher, 2009, pp. 128). E de gastos específicos, em campanhas eleitorais (Jacob & Pollex, 2022), ao invés da manutenção de uma organização intensiva em trabalho permanente e de formação contínua do eleitorado e filiados.

Em alguns países da Europa ocidental (Áustria, Alemanha, Suécia, Reino Unido), os partidos costumam gastar a maior parte dos seus recursos “*oiling the party machine*” (Nassmacher, 2009, p. 124), ou seja, lubrificando a máquina partidária. Na manutenção de sedes centrais e locais, com o pagamento de funcionários e um aparato que funciona em tempo integral, independente de eleições. Há um aumento desse tipo de gasto no final do século XX (Nassmacher, 2009, p. 123). Ainda segundo Nassmacher, países como Austrália, Canadá, Irlanda, Japão, Países Baixos, Suíça e EUA costumam realizar campanhas eleitorais intensivas em dinheiro e possuem uma atividade partidária centrada em

campanhas, sem equipe permanente remunerada nas bases. O caso japonês é lembrado ainda pelo gasto excessivo em campanhas eleitorais quando era um dos poucos países do mundo a utilizar o *single non-transferable vote* (SNTV), conhecido como “distritão” no Brasil e estimular a competição entre candidatos de um mesmo partido<sup>7</sup>. O aumento da fragmentação partidária, motivado pelas coligações eleitorais e outras características do sistema (Nicolau, 2023), pode estar influenciando também o gasto realizado pelos partidos políticos.

Com a disponibilidade dos relatórios de prestações de contas dos partidos, tornou-se possível a análise sobre como essas organizações gastam os seus recursos (Piccio, 2023; Roeder, 2020; Smulders & Maddens, 2017). E a análise do comportamento financeiro dos partidos, sobre suas despesas, podem nos mostrar o comportamento dessas organizações. Para medir a presença de profissionais nos partidos, Smulders e Maddens (2018) analisam os gastos com pessoal de 52 partidos europeus e identificam um padrão de gastos mais alto com pessoal nos partidos de esquerda e nos mais antigos, com mais filiados e que atuam em um sistema com poucos partidos. Os autores também identificam uma relação com o NEP. Quanto maior o número de partidos, menor o gasto com pessoal. O efeito dos ciclos eleitorais também é evidente. Relativamente, os partidos gastam significativamente menos com pessoal em anos eleitorais do que em anos não eleitorais.

Jacob & Pollex (2022) buscam compreender os fatores explicativos dos gastos de campanhas dos partidos em nível estadual, na Alemanha. Entendendo a campanha eleitoral como uma das funções do partido, os autores medem o impacto da fragmentação partidária, eleições e participação no governo nos gastos de campanha. Os achados dão conta que quanto maior o número de partidos eleitorais efetivos, mais as organizações gastam em campanha em anos eleitorais, comparado com períodos regulares. O aumento da fragmentação parece moldar as estratégias de gastos dos partidos, gerando um incentivo para que eles aumentem os seus esforços financeiros em campanhas a fim de obter sucesso eleitoral, o que os autores chamam de *campaign concentration effect* (Jacob & Pollex, 2022). Ao mesmo tempo, diminui o investimento em atividades entre eleições, aquelas que podem promover uma construção de laços mais duradouros entre partidos e eleitores. Em ambientes menos competitivos, os partidos tendem a investir mais nessas atividades entre eleições.

Os resultados encontrados no presente artigo, por sua vez, demonstram o aumento das transferências realizadas aos partidos em nível estadual ao invés do efeito concentração de campanha, em um cenário de maior NEP. Considerando que estamos tratando do nível nacional do partido em

---

<sup>7</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41006740>, acesso em 08 de setembro de 2023.

um contexto de federalismo, faz sentido as organizações partidárias transferirem seus recursos para que o nível subnacional trace a sua estratégia. Nesse sentido, os partidos aqui parecem se aproximar mais do modelo estratárquico. Como define Bolleyer (2012), um partido estratárquico estaria no meio termo de um continuum entre a centralização e a descentralização extremas. As unidades subnacionais teriam alguma autonomia ao mesmo tempo em que a nacional exerce alguma forma de controle sobre a organização. No que diz respeito às finanças, os recursos financeiros dos partidos são compartilhados entre os diferentes níveis, recursos captados em nível local é acessado pela nacional, assim como pode haver uma transferência de cima para baixo. No caso brasileiro, mais recentemente, após a criação do FEFC em 2017, a nacional que decide como distribuir a maior parte dos recursos (Schaefer, 2023). Por sua vez, em nível subnacional há a definição de estratégia, se mais focada em eleições ou em uma campanha permanente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar o impacto que a crescente fragmentação do sistema partidário brasileiro gera nas estratégias de alocação de recursos financeiros pelos partidos em sua instância nacional. Esperávamos que com o aumento do NEP, os partidos alocassem mais recursos em campanhas eleitorais, ao invés de investirem na manutenção de uma organização permanente, entre eleições, e em pesquisa e treinamento. Nossas hipóteses eram também que os partidos com candidatos à presidência gastassem mais em campanhas eleitorais nessa instância e, por fim, a última hipótese do trabalho diz respeito a transferências de recursos, que aumentaria na medida em que se aumenta a fragmentação do sistema.

Analisamos os gastos realizados pela sede nacional de dez partidos brasileiros, de 1996-2021: PT, PSB, PDT, PSDB, PFL/DEM/União Brasil, PRONA/PL/PR, PMDB/MDB, PPS, PV e PSOL. As variáveis dependentes foram os gastos partidários em nível nacional em: campanhas eleitorais, manutenção da organização, pesquisa e treinamento e transferências. E as independentes, foram: Número Efetivo de Partidos, ano eleitoral federal e candidato à presidência. As variáveis de controle mobilizadas foram ideologia, a soma de recursos do partido e ano eleitoral municipal.

Na análise descritiva, identificamos uma evolução das médias dos gastos partidários que oscilam entre anos eleitorais e não eleitorais, com crescimento maior nas transferências para os níveis subnacionais a partir de 2010, de uma média de 50%, com mais de 80% em 2018 e 2020, respectivamente. Os gastos com manutenção foram reduzindo com o tempo, assim como os eleitorais. Já os gastos em pesquisa e treinamento se mantiveram estáveis no período de 1996-2021.

Na análise de correlação entre as variáveis, identificamos uma correlação positiva entre o aumento do NEP e a transferência realizada pela sede nacional dos partidos, o que confirma a H4. Já a H1 foi descartada, a correlação entre NEP e gastos com eleições pela nacional é negativa e estatisticamente significativa, assim como o gasto com a manutenção da organização, o que confirma a H2. A H3 é rejeitada, uma vez que os partidos gastam menos com eleições. Já a H4 é confirmada. Quanto maior a fragmentação do sistema partidário, mais os partidos transferem os seus recursos financeiros. Na análise inferencial, os resultados permaneceram semelhantes. O NEP possui impacto negativo sobre os gastos eleitorais e na manutenção da organização partidária. Por outro lado, possui impacto positivo sobre as transferências. Quanto maior a fragmentação partidária, maior é a transferência de recursos. Os partidos mais à direita tendem a transferir mais recursos e gastar menos com organização e mais com pesquisa e treinamento.

O NEP tende a se tornar estatisticamente insignificante quando todas as variáveis de controle estão presentes. A principal variável de controle que contribui para isso é a soma de recursos disponíveis ao partido. Ou seja, quanto maior o volume de recursos, menor o efeito da fragmentação sobre qualquer tipo de gasto. O repasse de recursos é condicionado pela sua oferta. Quanto mais dinheiro, mais repasse. O aumento da fragmentação, por outro lado, leva a um aumento de recursos em geral e esse crescimento implica em um comportamento específico: transferências a candidatos, diretórios e comitês subnacionais, bem como em gastos com pesquisa em treinamento, enquanto há uma redução no gasto direto com eleições e manutenção da organização. Os partidos analisados se aproximam de um modelo estratárquico, em que há compartilhamento de receitas entre os diferentes níveis e, no caso aqui analisado, a transferência de recursos da nacional para que haja a realização de campanhas eleitorais, manutenção da organização partidária e outras despesas nesse nível. Enquanto há a decisão no centro do partido, sobre a destinação desses recursos. Em pesquisas futuras será necessário analisar como os partidos em nível local alocam seus recursos em contextos de maior fragmentação partidária. A análise das finanças partidárias, com foco em seus gastos, pode ser mais um caminho para a compreensão da organização dos partidos políticos brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- Blumenberg, M. S. (2015). A comparative analysis of the spending structure of political parties. *A Comparative Analysis of the Spending Structure of Political Parties*.
- Bolleyer, N. (2012). New party organization in Western Europe: Of party hierarchies, stratarchies and federations. *Party Politics*, 18(3), 315–336. <https://doi.org/10.1177/1354068810382939>
- Botassio, B. C. (2017). Partidos brasileiros na alocação interna de recursos do fundo partidário. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLITICA, 9., 2017, Montevideu.

- [Trabalhos apresentados]. Montevideu: ALACIP, p. [1-27].
- Carreirão, Y. de S. (2014). O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14(maio-agosto), 255–295. <https://doi.org/10.1590/0103-335220141410>
- Carty, R. K. (2004). Parties as Franchise Systems: The Stratarchical Organizational Imperative. *Party Politics*, 10(1), 5–24. <https://doi.org/10.1177/1354068804039118>
- Casal Bértoa, F. (2023). *Database on WHO GOVERNS in Europe and beyond*. PSGo. <https://whogoverns.eu/>
- Jacob, M. S., & Pollex, J. (2022). Party fragmentation and campaign spending: A subnational analysis of the German party system. *Party Politics*, 28(4), 770–782. <https://doi.org/10.1177/13540688211016986>
- Katz, R. S., & Mair, P. (2009). The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(04), 753. <https://doi.org/10.1017/S1537592709991782>
- Kinzo, M. D. G. (2007). Partidos, deputados estaduais e a dimensão ideológica. In *Eleitores e representação partidária no Brasil* (p. 284). Humanitas.
- Kirchheimer, O. (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 7, 349–385. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000100014>
- Laakso, M., & Taagepera, R. (1979). “Effective” number of parties. A measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 12(1), 3–27. [https://doi.org/10.1016/S0261-3794\(97\)00003-6](https://doi.org/10.1016/S0261-3794(97)00003-6)
- Mancuso, W. P., Horochovski, R. R., & Camargo, N. F. (2018). Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. *Workshop Empresa, Empresário e Sociedade*.
- Nassmacher, K.-H. (2009). *The Funding of Party Competition: Political Finance in 25 Democracies*. Nomos.
- Nicolau, J. (2023a). O efeito do fim das coligações nas eleições proporcionais na composição da Câmara dos Deputados eleita em 2022. 31(SciELO Prepr.). <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6159>
- Nicolau, J. (2023b). O efeito do fim das coligações nas eleições proporcionais na composição da Câmara dos Deputados eleita em 2022. *SciELO Preprints*, 31(versão 1). <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6159>
- Piccio, D. R. (2023). Party Finance. In N. Carter, D. Keith, G. M. Sindre, & S. Vasilopoulou (Eds.), *The Routledge Handbook of Political Parties* (1st ed., Issue 1). Routledge Taylor & Francis Group.
- Roeder, K. (2020). *Dinheiro e organização: os sentidos das mudanças partidárias no Brasil (1996-2015)*. Universidade Federal do Paraná.
- Rose, R., & Mackie, T. (1988). Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations. In P. Lawson, K. & Merkl (Ed.), *When Parties Fail*. Princeton University Press.
- Sartori, G. (1982). *Partidos e Sistemas Partidários*. Zahar.
- Schaefer, B. M. (2019). Centralização nos partidos brasileiros: evidências a partir da distribuição do fundo partidário (2010-2016). *Teoria & Pesquisa*, 28(2), 47–70. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.31068/tp.28203>
- Schaefer, B. M. (2023). *Tempo é dinheiro: recursos partidários em eleições para a Câmara Federal*. <https://www.lab-doxa.org.br/wp-content/uploads/2023/06/Schaefer-B.-2023.-TD-Tempo-e-dinheiro.pdf>
- Smulders, J., & Maddens, B. (2017). Spending Levels of Political Parties: An Explanation Based on a beMultilevel Analysis. *Government and Opposition*, 1–26. <https://doi.org/10.1017/gov.2017.19>
- Smulders, J., & Maddens, B. (2018). How and why do political parties differ in their spending patterns? An empirical analysis of expenditure on party payroll staff. *International Political Science Review*. <https://doi.org/10.1177/0192512117744677>
- Speck, B. W. (2016). Game over: veinte años de financiación de campañas por empresas privadas en

Brasil. *Revista de Estudos Brasileños*, 3(4), 125–135.

<https://reb.universia.net/article/view/1834/game-over-veinte-anos-financiacion-campanas-empresas-privadas-brasil>

### **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:**

Todo o conjunto de dados utilizados no presente estudo está disponível no link: <https://osf.io/gxrij8/>

### **FINANCIAMENTO:**

Esta pesquisa não recebeu nenhuma subvenção específica de qualquer agência de financiamento dos setores público, privado ou sem fins lucrativos.

### **CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:**

Karolina Roeder: Conceptualization, Methodology, Data Curation, Visualization, Writing- Reviewing and Editing, draft preparation, Visualization, Investigation, Supervision. Bruno Marques Schaefer: Conceptualization, Methodology, Software, Data Curation, Visualization, Writing- Reviewing and Editing, draft preparation.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

### **MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER**

Karolina Roeder é doutora e mestre em Ciência Política pela UFPR, professora de Ciência Política e do curso de tecnologia em Gestão de Partidos Políticos na Uninter, do qual é também co-fundadora. É pesquisadora associada ao Laboratório de Partidos e Sistemas (LAPeS) da UFPR.

Bruno Marques Schaefer é doutor e mestre em Ciência Política pelo PPGCP da UFRGS, professor de Ciência Política no IESP-UERJ. Atua como pesquisador associado ao Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB) e ao Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA).

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.